

# SEFAZ MG

**Auditor: Fiscal - Auditoria e Fiscalização**

Secretaria de Estado  
da Fazenda de  
Minas Gerais - MG

Edital **verticalizado**

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Língua Portuguesa

1. Interpretação de texto: decodificação dos diversos tipos de mensagem.
2. Compreensão de texto: observação dos processos que constroem os significados textuais.
- 3 A linguagem e a lógica
- 4 As estruturas linguísticas no processo de construção de mensagens adequadas
5. A pragmática na linguagem: o significado contextual.
6. A semântica vocabular: antônimos, sinônimos, homônimos, parônimos e heterônimos
7. Os modos de organização discursiva: a descrição, a narração, a exposição informativa e a exposição argumentativa
8. A organização das frases nas situações comunicativas: a colaboração e a relevância; os atos de fala.
9. A linguagem lógica e a figurada.
10. Os diversos níveis de linguagem.
11. Os tipos de discurso: direto, indireto e indireto livre.
12. As funções da linguagem

### Raciocínio Lógico-Matemático

1. Lógica: proposições, conectivos, equivalências lógicas, quantificadores e predicados.
2. Conjuntos e suas operações, diagramas.
3. Números inteiros, racionais e reais e suas operações, porcentagem e juros.
4. Proporcionalidade direta e inversa.
5. Medidas de comprimento, área, volume, massa e tempo.
6. Estrutura lógica de relações arbitrária entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; dedução de novas informações daquelas relações.

7. Compreensão e análise da lógica de uma situação, utilizando as funções intelectuais: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
8. Compreensão de dados apresentados em gráficos e tabelas.
9. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais. Problemas de contagem e noções de probabilidade.
10. Geometria básica: ângulos, triângulos, polígonos, distâncias, proporcionalidade, perímetro e área.
11. Noções de estatística: média, moda, mediana e desvio padrão.
12. Plano cartesiano: sistema de coordenadas, distância.
13. Problemas de lógica e raciocínio

## **Direito Administrativo e Legislação Específica**

### Direito Administrativo

1. Estado, Governo e Administração Pública: conceitos e elementos.
2. Direito Administrativo: conceito, objeto e fontes.
3. Ato Administrativo: conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies; extinção do ato administrativo: cassação, anulação, revogação e convalidação; decadência administrativa.
4. Agentes Públicos: conceito; espécies; cargo, emprego e função pública; provimento; vacância; efetividade, estabilidade e vitaliciedade; remuneração. Direitos e deveres. Responsabilidade. Processo administrativo disciplinar. Improbidade administrativa.
5. Poderes da Administração Pública: hierárquico, disciplinar, regulamentar e de polícia. Uso e abuso do poder.
6. Princípios expressos e implícitos da Administração Pública.
7. Responsabilidade Civil do Estado: responsabilidade por ato comissivo do Estado. Responsabilidade por omissão do Estado. Requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado. Causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado. Reparação do dano. Direito de regresso.
8. Serviços públicos: conceito e elementos constitutivos. Formas de prestação e meios de execução. Delegação: concessão, permissão e autorização. Classificação. Princípios.

9. Organização Administrativa: centralização, descentralização, concentração e desconcentração. Administração direta e indireta. Autarquias e fundações. Empresas estatais.

10. Controle da Administração Pública: controle exercido pela Administração Pública, controle judicial e controle legislativo.

11. Processo administrativo. Lei nº 14.184, de 31/01/2002 (Dispõe sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual).

12. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942 e suas alterações, arts. 20 a 30). Decreto nº 9.830/2019

(Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro).

13. Direito de acesso à informação no Brasil: normas constitucionais, Lei nº 12.527/2011, Decreto nº 7.724/2012 (Regulamenta a Lei nº 12.527/2011) e Decreto nº 8.777/2016 (Institui a Política de Dados Abertos do Poder Executivo federal).

14. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público: Capítulos II e IV da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

#### Legislação Específica

1. Estatuto dos Servidores Públicos do Estado de Minas Gerais. Lei nº 869/1952 e alterações posteriores.

2. Código de Ética Pública do Estado de Minas Gerais: Decreto nº 46.644/2014

## Direito Constitucional e Direitos Humanos

### Direito Constitucional

1. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988: princípios fundamentais.

2. Aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada. Normas programáticas.

3. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos de nacionalidade, direitos políticos, partidos políticos.

4. Organização político-administrativa do Estado: Estado federal brasileiro, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios.

5. Administração Pública: disposições gerais. Servidores públicos.
6. Poderes do Estado: executivo, legislativo e judiciário. Noções gerais.
7. Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.

#### Direitos Humanos

1. Conceito e fundamentação.
2. Direitos Humanos e responsabilidade do Estado. Direitos Humanos na CRFB/88

## Direito Civil I e Direito Empresarial I

#### Direito Civil I

1. Pessoas naturais: conceito. Início da pessoa natural. Personalidade. Capacidade. Direitos da personalidade. Domicílio.
2. Pessoas jurídicas: disposições gerais. Constituição. Extinção. Sociedades de fato. Associações. Fundações. Desconsideração da personalidade jurídica.
3. Bens imóveis, móveis e públicos.
4. Fato jurídico.
5. Negócio jurídico: disposições gerais. Defeitos. Invalidez.
6. Atos Ilícitos.
7. Prescrição e Decadência: noções gerais.
8. Prova.
9. Obrigações: características. Adimplemento pelo pagamento. Inadimplemento das obrigações: disposições gerais e mora.
10. Contratos: princípios. Contratos em geral. Disposições gerais.
11. Responsabilidade civil objetiva e subjetiva. Obrigação de indenizar. Dano material.

#### Direito Empresarial I

- 1 Empresa e Empresário.
  - 1.1 Empresa individual de responsabilidade limitada.
  - 1.2 Estabelecimento empresarial. Microempresa e empresa de pequeno porte.
- 2 Direito Societário.

- 2.1 Sociedades empresárias e simples.
- 2.2 Sociedades não personificada.
- 2.3 Sociedade em comum.
- 2.4 Sociedade limitada.
- 2.5 Sociedade em conta de participação.
- 2.6 Sociedades por Ações: ações, debêntures, partes beneficiárias, administradores, diretores, assembleia geral, conselho de administração, conselho fiscal.
- 2.7 Transformação, fusão, incorporação e cisão.
- 2.8 Desconsideração da personalidade jurídica.
- 2.9 Relações entre sociedades: controladoras, controladas, coligadas e consórcios.
- 2.10 Responsabilização objetiva e subjetiva de pessoa jurídica

## Direito Penal

- 1. Aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. Lei penal no tempo e no espaço. Tempo e lugar do crime.
- 2. Crime: conceito, classificação dos crimes. Teorias do Crime. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior.
- 3. Dolo e culpa.
- 4. Crimes contra a fé pública: falsidade de títulos e outros papéis públicos; falsidade documental; fraudes em certames de interesse público.
- 5. Crimes contra a Administração Pública: crimes praticados por funcionário público e por particular contra a Administração Pública. Prescrição.
- 6. Lei Federal nº 8.137/1990 e suas alterações (crimes contra a ordem tributária).
- 7. Lei Federal nº 10.028/2000 (crimes contra as finanças públicas)

## Direito Tributário

SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988:

- 1. Dos princípios gerais.

2. Tributo e suas espécies (impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e contribuições diversas)
3. Das limitações do poder de tributar.
4. Dos impostos da União. Dos impostos dos Estados e do Distrito Federal. Dos impostos dos Municípios.
5. Da repartição das receitas tributárias.

#### SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL:

1. Tributo: conceito e espécies (Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria).
2. Competência Tributária.
3. Legislação Tributária (Constituição, emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, medidas provisórias, leis delegadas, decretos legislativos, resoluções do Senado Federal, decretos e normas complementares). Vigência e aplicação da legislação tributária. Interpretação e integração da legislação tributária.
4. Obrigação tributária: principal e acessória; hipótese de incidência e fato gerador da obrigação tributária.
5. Sujeição ativa e passiva: contribuinte; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário.
6. Responsabilidade tributária: conceito; responsabilidades dos sucessores; responsabilidade de terceiros; substituição tributária; responsabilidades por infrações.
7. Crédito tributário: conceito; constituição; lançamento (modalidades de lançamento; hipótese de alteração do lançamento); suspensão da exigibilidade e suas modalidades; extinção e suas modalidades; pagamento indevido; exclusão e suas modalidades.
8. Garantias e privilégios do crédito tributário.
9. Administração Tributária: características, prerrogativas, fiscalização, dívida ativa, certidões negativas. Noções da função social do tributo.

## Contabilidade Geral

1. Conceito, objeto, objetivos, campo de atuação e usuários da informação contábil.
2. Princípios e Normas Brasileiras de Contabilidade emanadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).
3. Conceitos, forma de avaliação, evidenciação, natureza, espécie e estrutura.

4. Atos e fatos administrativos.
5. Livros contábeis obrigatórios e documentação contábil.
6. Variação do patrimônio líquido. Receita, despesa, ganhos e perdas
- 7 Apuração dos resultados
8. Regimes de apuração. Caixa e competência.
- 9 Escrituração contábil Lançamentos contábeis; contas patrimoniais, resultado
10. Fatos contábeis. Permutativos, modificativos e mistos.
  11. Itens Patrimoniais. Conteúdo, conceitos, estrutura, formas de avaliação e classificação dos itens patrimoniais do ativo, do passivo e do patrimônio líquido
  - 12 Demonstrações contábeis Balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração dos fluxos de caixa e demonstração do valor adicionado.
  13. Notas explicativas às demonstrações contábeis. Conteúdo, forma de apresentação e exigências legais de informações
  14. Ajustes, classificações e avaliações dos itens patrimoniais exigidos pelas novas práticas contábeis adotadas no Brasil trazidas pela Lei Federal nº 11638/07 e suas alterações e Lei Federal nº 11941/09 e suas alterações
  15. Estoques. Tipos de inventários, critérios e métodos de avaliação.
  16. Apuração do custo das mercadorias vendidas, tratamento contábil dos tributos incidentes em operações de compras e vendas

## **Economia e Matemática Financeira**

1. Economia
  2. 1. Noções de Economia do Setor Público: equilíbrio competitivo e eficiência econômica. O conceito de Ótimo de Pareto.
  3. 2. Noções sobre teoremas de bem-estar.
  4. 3. Incidência de impostos e subsídios.
  5. 4. Bens públicos.
  6. 5. Externalidades.
  - 7.
8. Matemática Financeira



9. 1. Juros simples.
10. 2. Montante e juros.
11. 3. Taxa real e taxa efetiva.
12. 4. Taxas equivalentes.
13. 5. Capitais equivalentes.
14. 6. Juros compostos.
15. 7. Montante e juros.
16. 8. Taxa real e taxa efetiva. Taxas equivalentes.
17. 9. Capitais equivalentes. Capitalização contínua
18. 10. Descontos: simples e composto. Desconto racional e desconto comercial.
19. 11. Amortizações. Sistema francês. Sistema de amortização constante. Sistema misto.
20. 12. Fluxo de caixa. Valor atual. Taxa interna de retorno

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Auditoria Contábil

1. Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria – NBC TA e NBC PA.
01. Amostragem em Auditoria. NBC TA 530, aprovada pela Resolução CFC nº 1.222/2009.
02. Testes de observância.
03. Testes substantivos.
04. Testes para subavaliação e testes para superavaliação.
05. Evidências de auditoria.
06. Procedimentos de auditoria.
07. Identificação de fraudes na escrita contábil.
08. Demonstrações contábeis sujeitas a auditoria.
09. Auditoria no ativo circulante. 10.1 Recomposição contábil do fluxo de caixa da empresa.

10. Identificação de saldo credor na conta caixa por falta de emissão de documentos fiscais.
11. Suprimento das disponibilidades sem que haja comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros: aumento do capital social,
12. adiantamentos de clientes, empréstimos de sócios ou de terceiros, operações, prestações ou recebimentos sem origem, alienação de investimentos e bens do ativo imobilizado.
13. Aquisições de mercadorias, bens, serviços e outros ativos não contabilizados e sem comprovação da origem do numerário.
14. Baixa fictícia de títulos não recebidos.
15. Cotejamento de recebíveis com os registros contábeis de receitas.
16. Auditoria no ativo não circulante. 16.1 Superavaliação na formação dos custos de estoque.
17. Auditoria no ativo realizável a longo prazo. 17.1 Identificação de origens de recursos fictícias.
18. Auditoria em investimentos.
19. Auditoria no ativo imobilizado. 19.1 Ativos ocultos.
20. Alienação fictícia de bens.
21. Auditoria no ativo intangível.
22. Auditoria no passivo circulante. 22.1 Falta de registro contábil dos passivos de curto prazo.
23. Passivos fictícios.
24. Identificação de passivos já pagos e não baixados.
25. Auditoria no passivo não circulante.
26. Auditoria no patrimônio líquido.
27. Aumento do capital social sem comprovação quanto à efetiva entrega dos recursos financeiros.
28. Contabilização de reservas.
29. Subvenções.
30. Auditoria em contas de resultado.
31. Registro de receitas e despesas.
32. Ocultação de receitas.
33. Superavaliação de custos e despesas.

34. Identificação de fraudes e erros na escrita fiscal.
35. Auditoria na escrita fiscal digital (EFD) e na nota fiscal eletrônica (NFe).
36. Testes de auditoria nos registros da NFe e nos registros de entradas, saídas, inventário, apuração do ICMS, da produção e do estoque e do documento Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (CIAP), modelos "C" ou "D" (Ajuste SINIEF 02/2010).
36. Identificação das principais divergências fiscais, utilizando conhecimento em sistemas gerenciadores de banco de dados (SGBD) e nos leiautes da
37. EFD e da NFe: crédito de ICMS sobre aquisições para uso e consumo, ativo imobilizado ou submetidas a saídas isentas e não tributadas.
38. Crédito de ICMS em valor superior ao permitido pela legislação tributária.
39. Verificação da alíquota ou base de cálculo utilizada pelo contribuinte com aquelas previstas na legislação tributária.
40. Cotejamento do ICMS devido nas operações submetidas à substituição tributária e o declarado no documento fiscal.
44. Auditoria em operações de importação

## Contabilidade Avançada e Contabilidade de Custos

### Contabilidade Avançada

1. Provisões Ativas e Passivas e tratamento das contingências ativas e passivas.
2. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.
3. Tratamento das Participações Societárias, conceito de coligadas e controladas, definição de influência significativa, métodos de avaliação, cálculos, apuração do resultado de equivalência patrimonial, tratamento dos lucros não realizados, recebimento de lucros ou dividendos de coligadas e controladas, contabilização.
4. Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos. Conceitos e procedimentos: filiais, agências, sucursais ou dependências no exterior.
5. Conversão das demonstrações de uma entidade no exterior. Reorganização e reestruturação de empresas: Incorporação, fusão, cisão e extinção de empresas - Aspectos contábeis, fiscais, legais e societários da reestruturação social.

6. Apuração e tratamento contábil da mais valia, do goodwill e do deságio: cálculos, amortizações e forma de evidenciação. Redução ao valor recuperável, mensuração, registro contábil, reversão.
7. Debêntures, conceito, avaliação e tratamento contábil.
8. Tratamento das partes beneficiárias. Tratamento de operações de arrendamento mercantil.
9. Ativo não circulante mantido para venda, operação descontinuada e propriedade para investimento, conceitos e tratamento contábil.
10. Ativos intangíveis, conceito, apropriação, forma de avaliação e registros contábeis.
11. Tratamento dos saldos existentes do ativo diferido e das Reservas de Reavaliação. Mensuração a Valor justo e apuração dos ativos líquidos – conceitos envolvidos, cálculos e apuração e tratamento contábil.
12. Ajuste a valor presente: Objetivo, alcance, definições, procedimentos, divulgação e demais aspectos.
13. Subvenção e Assistência governamentais - conceitos, tratamento contábil, avaliação e evidenciação.

#### Contabilidade de custos

- 1 Conceitos gerais e terminologia aplicável à contabilidade de custos
2. Conceitos e classificação dos custos.
- 3 Apropriação dos custos à produção conceito e critérios de atribuição dos custos
- 4 Departamentalização: conceito, tratamento contábil, forma de apropriação e impacto no custo do produto
- 5 taxa de aplicação dos custos indiretos de produção
- 6 Apuração da produção acabada, dos produtos em elaboração e dos produtos vendidos
- 7 utilização de equivalentes de produção
- 8 tipos de produção conceito, aplicabilidade, tratamento contábil e apropriação dos custos Produção por ordem, produção contínua, produção conjunta.
9. Tipos de custeio. Conceitos, diferenciações, apropriação dos custos, impactos nos resultados.

10. Formas de controle dos custos.
11. Custos estimados. Conceito, tratamento contábil, análise das variações.
12. Custos controláveis. Conceito, tratamento contábil e aplicação.
13. Custo padrão. Conceito, tratamento contábil, aplicação e análises das variações.
14. Margem de contribuição. Conceito, cálculos e aplicação.
15. Análise do custo  $\times$  volume  $\times$  lucro.
16. Variações do ponto de equilíbrio.
17. Grau de alavancagem operacional.
18. Margem de segurança

## Estatística

1. Métodos para sumarização e análise exploratória de dados.
2. Distribuição de frequências: absoluta, relativa, acumulada.
3. Medidas de posição: média, moda, mediana e quartis.
4. Medidas de dispersão: amplitude, variância, desvio-padrão, coeficiente de variação, amplitude interquartil.
5. Histogramas e curvas de frequência.
6. Diagrama de caixa (boxplot) e identificação de valores atípicos (outliers). Diagrama de dispersão.
7. Distribuições de probabilidade. Distribuição binomial. Distribuição normal.
8. Inferência estatística. Estimação de parâmetros por ponto e por intervalo. Intervalo de confiança. Testes de hipóteses. Testes paramétricos: médias e proporções.
9. Correlação. Análise de regressão linear.
10. Técnicas de amostragem: amostragem aleatória simples, estratificada, sistemática e por conglomerados. Tamanho amostral

## Direito Tributário II

1. Lei Complementar nº 87/1996. Dispõe sobre o imposto dos Estados e do Distrito Federal sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, e dá outras providências (Lei Kandir).

2. Lei Complementar nº 24/1975. Dispõe sobre os convênios para a concessão de isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias, e dá outras providências.
3. Lei Complementar nº 160/2017. Dispõe sobre convênio que permite aos Estados e ao Distrito Federal deliberar sobre a remissão dos créditos tributários, constituídos ou não, decorrentes das isenções, dos incentivos e dos benefícios fiscais ou financeiro-fiscais instituídos em desacordo com o disposto no art. 155, § 2º, inciso XII, alínea g, da Constituição Federal e a reinstauração das respectivas isenções, incentivos e benefícios fiscais ou financeiro-fiscais.
4. Lei Complementar nº 192, de 11/03/2022. Define os combustíveis sobre os quais incidirá uma única vez o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), ainda que as operações se iniciem no exterior; e dá outras providências.
5. Lei Complementar nº 194, de 23/06/2022. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), e a Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 (Lei Kandir), para considerar bens e serviços essenciais os relativos aos combustíveis, à energia elétrica, às comunicações e ao transporte coletivo, e as Leis Complementares nºs 192, de 11 de março de 2022, e 159, de 19 de maio de 2017.
6. Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, arts. 1º a 40. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte

## Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais

### ICMS

Lei nº 6.763, de 26/12/1975, consolida a Legislação Tributária do Estado de Minas Gerais, atualizada até a Lei nº 24.112, de 30/05/2022.

Regulamento do ICMS (RICMS), aprovado pelo Decreto nº 43.080, de 13 de dezembro de 2002, atualizado até o Decreto nº 48.452, de 27/06/2022.

Parte Geral (arts. 1º a 227) e Anexos IX “Dos Regimes Especiais de Tributação” e XV “Da Substituição Tributária”.

IPVA:

Lei nº 14.937, de 23/12/2003, dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) e dá outras providências, atualizada até a Lei nº 23.762, de 06/01/2021.

Decreto nº 43.709 de 23/12/2003 atualizado até o Decreto nº 48.386, de 24/03/2012.

ITCD:

Lei nº 14.941, de 29/12/2003, dispõe sobre o Imposto Sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), atualizada até a Lei nº 23.840, de 28/07/2021

Decreto nº 43.981, de 03/03/2005, Regulamenta o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCD), atualizado até o Decreto nº 48.350, de 13/01/2022.

RPTA:

Decreto nº 44.747, de 03/03/2008, estabelece o Regulamento do Processo e dos Procedimentos Tributários Administrativos (RPTA), atualizado até o Decreto nº 48.429, de 23/03/2022

## CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



**BONS ESTUDOS!**





aprova  
concursos

**0800 727 6282**

[www.aprovaconcursos.com.br](http://www.aprovaconcursos.com.br)

aprova